

Ventos Potiguares
Comercializadora
de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual da Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas pelos efeitos nos saldos correspondentes de 2015

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos nos saldos correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do assunto descrito na seção Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia não cumpriu cláusulas restritivas (covenants) em 31 de dezembro de 2015, o que permitiria ao detentor do instrumento passivo acelerar seu vencimento. Dessa forma, o saldo do financiamento classificado no passivo não circulante deveria ter sido reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2015. Caso esta reclassificação tivesse sido efetuada, o passivo circulante consolidado estaria a maior e o passivo não circulante consolidado estaria a menor em R\$ 535.231 mil em 31 de dezembro de 2015. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 datada de 30 de março de 2016 foi portanto ressalvada. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do período corrente também inclui ressalva em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas



relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José Luiz Ribeiro de Carvalho'. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'J' and 'R'.

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Ventos Potiguar Comercializadora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015	2016	2015
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.080	17.340	1.035	124	Fornecedores	10	9.124	7.256	23.178	20.101
Aplicações financeiras	5	30.716	29.247	-	-	Financiamentos	11	40.014	39.446	529	529
Estoques		3.883	1.718	-	-	Obrigações tributárias		2.689	4.391	184	236
Contas a receber	6	31.016	28.212	23.719	21.829	Salário e férias a pagar		540	722	136	295
Impostos a recuperar	7	15.589	12.973	14.723	12.123	Dividendos a pagar	13	416	-	416	-
Dividendos a receber	13	-	-	7.845	-	Outras contas a pagar		10	395	6	3.330
Outras contas a receber		1.801	154	8	30						
Despesas antecipadas		-	130	-	2						
		<u>114.085</u>	<u>89.774</u>	<u>47.330</u>	<u>34.108</u>			<u>52.793</u>	<u>52.210</u>	<u>24.449</u>	<u>24.491</u>
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		-	7	-	-	Financiamentos	11	503.710	536.031	396	925
Investimentos	8	-	-	263.139	248.651	Mútuos	12	172.822	145.962	172.822	145.962
Imobilizado	9	731.851	759.759	4.014	4.188	Provisão para contingências	14	3	-	-	-
Intangível		208	232	-	-			<u>676.535</u>	<u>681.993</u>	<u>173.218</u>	<u>146.887</u>
		<u>732.059</u>	<u>759.998</u>	<u>267.153</u>	<u>252.839</u>	Patrimônio líquido					
						Capital social	15	212.410	212.410	212.410	212.410
						Reserva legal		83	-	83	-
						Prejuízos acumulados		(95.677)	(96.841)	(95.677)	(96.841)
								<u>116.816</u>	<u>115.569</u>	<u>116.816</u>	<u>115.569</u>
Total do ativo		<u>846.144</u>	<u>849.772</u>	<u>314.483</u>	<u>286.947</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>846.144</u>	<u>849.772</u>	<u>314.483</u>	<u>286.947</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos Potiguar Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
Nota	2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	16	205.943	205.943	206.285
Custo do produto vendido	17	(149.035)	(232.435)	(217.094)
Lucro bruto		<u>56.908</u>	<u>(26.492)</u>	<u>(10.809)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas e gerais	18	(3.650)	(2.915)	(4.226)
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	30.882	33.709
Outras despesas operacionais, líquidas	18	1.387	115	632
Resultado operacional		<u>54.645</u>	<u>1.590</u>	<u>19.306</u>
Despesas financeiras	19	(52.807)	(114)	(211)
Receitas financeiras	19	6.214	187	257
		<u>(46.593)</u>	<u>73</u>	<u>46</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>8.052</u>	<u>1.663</u>	<u>19.352</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	(6.389)	-	-
Lucro líquido do exercício		<u>1.663</u>	<u>1.663</u>	<u>19.352</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	<u>1.663</u>	<u>19.352</u>	<u>1.663</u>	<u>19.352</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.663</u></u>	<u><u>19.352</u></u>	<u><u>1.663</u></u>	<u><u>19.352</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	15	<u>208.080</u>	<u>-</u>	<u>(116.193)</u>	<u>91.887</u>
Aumento de capital		4.330	-	-	4.330
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.352</u>	<u>19.352</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>212.410</u>	<u>-</u>	<u>(96.841)</u>	<u>115.569</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	1.663	1.663
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO					
Reserva legal		-	83	(83)	-
Dividendos propostos		-	-	(416)	(416)
Reserva de retenção de lucros		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>212.410</u>	<u>83</u>	<u>(95.677)</u>	<u>116.816</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.663	19.352	1.663	19.352
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:				
Constituição de provisão para contingências	3	-	-	-
Depreciação a amortização	26.822	26.807	144	127
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados	1.166	72	30	-
Reclassificação despesas com arrendamento	-	27	-	-
Juros e variações monetárias	52.648	48.634	42	54
Equivalência patrimonial	-	-	(30.882)	(33.709)
	<u>82.302</u>	<u>94.892</u>	<u>(29.003)</u>	<u>(14.176)</u>
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:				
Aplicações financeiras	(1.469)	8.651	-	659
Contas a receber	(2.804)	(15.040)	(1.890)	(8.770)
Estoques	(2.165)	(1.446)	-	198
Impostos a recuperar	(2.616)	(975)	(2.600)	(979)
Outras contas a receber	(1.647)	935	22	4.162
Despesas antecipadas	130	(130)	2	(2)
Depósitos judiciais	7	(7)	-	-
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:	1.868	(1.474)	3.077	3.471
Obrigações tributárias	(1.702)	2.683	(52)	180
Salários e férias a pagar	(182)	242	(159)	(185)
Outras contas a pagar	(385)	379	(3.324)	3.306
	<u>71.337</u>	<u>88.710</u>	<u>(33.927)</u>	<u>(12.136)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimento em controladas	-	-	-	(1.465)
Dividendos recebidos	-	-	8.549	-
Aquisição de ativo imobilizado	(56)	(643)	-	(522)
Aquisição de ativo intangível	-	(24)	-	-
	<u>(56)</u>	<u>(667)</u>	<u>8.549</u>	<u>(1.987)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Financiamentos pagos	(84.401)	(85.188)	(571)	(187)
Mútuos recebidos da controladora	26.860	11.680	26.860	11.680
	<u>(57.541)</u>	<u>(73.508)</u>	<u>26.289</u>	<u>11.493</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos				
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>13.740</u>	<u>14.535</u>	<u>911</u>	<u>(2.630)</u>
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	17.340	2.805	124	2.754
No fim do exercício	<u>31.080</u>	<u>17.340</u>	<u>1.035</u>	<u>124</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>13.740</u>	<u>14.535</u>	<u>911</u>	<u>(2.630)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. (Companhia), localizada na rua Raimundo Chaves, 2182, loja 05 Candelária, Natal - RN, foi constituída em 01 de setembro de 2010. A Companhia tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, atuando como agente comercializador, nos termos da regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Prestação de serviços em negócios de energia elétrica, bem como a prestação de serviço de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; e a participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades semelhantes às exercidas pela Companhia, notadamente sociedades cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração de energia elétrica e comercialização de energia e serviços correlatos.

As controladas da Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2017.

b. Base de mensuração e conteúdo

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com

relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

2.2 Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período inferior a 90 dias.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos reconhecidos na Companhia são as aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2016 e 2015, incluindo operações de *hedge*.

(iv) *Categoria dos instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros estão classificados em: Empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber e outras contas a receber), Valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e Custo amortizado (fornecedores, financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como Empréstimos e recebíveis e Custo amortizado se aproximam do valor justo.

d. Ativos arrendados

A Companhia e suas controladas possuem apenas arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos efetuados referentes a arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

e. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

f. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

Capitalização dos custos dos financiamentos

Os custos de empréstimos atribuíveis a construção do parque eólico são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

g. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

h. Licenças ambientais

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento são reconhecidas como custo dos parques eólicos.

i. Redução ao valor recuperável

O imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

j. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

k. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

Capitalização dos custos dos financiamentos

Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

m. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

n. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

o. Capital social

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 16 Leases (Arrendamento)

A IFRS 16 foi editada pelo IASB em janeiro de 2016 e exige que os arrendatários reconheçam nas demonstrações financeiras o passivo de pagamentos futuros e o direito de uso de um ativo arrendado, incluindo arrendamentos operacionais. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC e terá validade a partir de ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresas	Tipo de controle	Participação 2016	Participação 2015
Energia Potiguar Geradora Eólica S/A	Integral - Direto	99,9%	99,9%
Torres de Pedra Geradora Eólica S/A	Integral - Direto	99,9%	99,9%
Ponta do Vento Leste Geradora S/A	Integral - Direto	99,9%	99,9%
Torres de São Miguel Geradora S/A	Integral - Direto	99,9%	99,9%
Morro dos Ventos Geradora Eólica S/A	Integral - Direto	99,9%	99,9%
Canto da Ilha Geradora Eólica S/A	Integral - Direto	99,9%	99,9%
Campina Potiguar Gerador Eólica S/A	Integral - Direto	99,9%	99,9%
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S/A	Integral - Direto	99,9%	99,9%
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S/A	Integral - Direto	99,9%	99,9%
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S/A	Integral - Direto	99,9%	99,9%

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	31.080	17.340	1.035	124

5 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações financeiras	30.716	29.247	-	-

As aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que foi de 14 % a.a. em 2016 (13,18 % a.a. em 2015).

6 Contas a receber

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber	24.632	21.829	22.853	21.829
Contas a receber - partes relacionadas (nota 13)	<u>6.384</u>	<u>6.383</u>	<u>866</u>	<u>-</u>
	<u>31.016</u>	<u>28.212</u>	<u>23.719</u>	<u>21.829</u>

O contas a receber refere-se a venda de energia eólica substancialmente para a empresa CEMIG Geração e Transmissão S.A.

O contas a receber - partes relacionadas é composto por operações com a empresa Serveng Civilsan S.A. Em função disso, a companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7 Impostos a recuperar

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
PIS retido na fonte	2.596	2.138	2.596	2.138
COFINS retido na fonte	11.953	9.848	11.953	9.848
Imposto de renda retido na fonte	1.024	987	174	137
ICMS	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>15.589</u>	<u>12.973</u>	<u>14.723</u>	<u>12.123</u>

Os saldos de Pis e Cofins referem-se aos créditos não cumulativos incidentes na aquisição de energia elétrica.

Os créditos relativos a imposto de renda são oriundos de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras.

8 Investimentos - controladora

	2016	2015
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	<u>263.139</u>	<u>248.651</u>

As informações da controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	Capita ocial	Lucro ajustado	Patrimônio líquido	Participação no capital da investida	Investimento		Equivalência patrimonial	
					2016	2015	2016	2015
Empresas								
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	17.972	7.896	25.868	99,9%	25.863	23.066	3.988	3.996
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	16.150	5.243	21.393	99,9%	20.675	19.257	2.849	2.973
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	27.955	7.702	35.657	99,9%	34.609	32.554	4.164	4.285
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	17.023	6.388	23.411	99,9%	22.659	21.475	2.978	3.441
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	15.203	3.838	19.041	99,9%	18.526	18.049	1.538	2.103
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	29.700	7.711	37.411	99,9%	36.303	34.015	4.409	4.730
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A.	26.450	7.446	33.896	99,9%	32.836	30.647	4.216	3.958
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	17.604	3.184	20.788	99,9%	20.514	20.351	1.074	2.234
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	27.053	7.661	34.714	99,9%	33.709	31.830	3.993	4.057
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	16.447	2.421	18.868	99,9%	18.445	17.407	1.673	1.932
					263.139	248.651	30.882	33.709

9 Imobilizado

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Aerogeradores	683.525	708.655	-	(45)
Instalações e benfeitorias	24.314	25.681	470	487
Máquinas e equipamentos	23.957	25.393	3.544	3.716
Móveis e utensílios	55	-	-	-
Terrenos	-	30	-	30
	731.851	759.759	4.014	4.188

a. Mapa de movimentação do imobilizado - consolidado

Custo	Taxa depreciação (a.a.%)	Taxa depreciação (a.a.%)							
		01/01/2015	Adições	Baixas	31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2016
Aerogeradores		752.265	-	(175)	752.090	-	(133)	-	751.957
Instalações e benfeitorias		26.955	118	-	27.073	-	(498)	-	26.575
Máquinas e equipamentos		26.176	522	-	26.698	-	(542)	-	26.156
Móveis e utensílios		-	-	-	-	57	-	-	57
Terrenos		57	-	(27)	30	-	(30)	-	-
Computadores e periféricos		91	-	(91)	-	-	-	-	-
		805.544	640	(293)	805.891	57	(1.203)	-	804.745
Depreciação									
Aerogeradores	3,3	(18.357)	(25.078)	-	(43.435)	(25.047)	5	45	(68.432)
Instalações e benfeitorias	4a25	(492)	(900)	-	(1.392)	(889)	20	-	(2.261)
Máquinas e equipamentos	4a25	(475)	(830)	-	(1.305)	(884)	35	(45)	(2.199)
Móveis e utensílios	10	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)
		(19.324)	(26.808)	-	(46.132)	(26.822)	60	-	(72.894)
Total do imobilizado		786.220	(26.168)	(293)	759.759	(26.765)	(1.143)	-	731.851

b. Mapa de movimentação do imobilizado - controladora

Custo	Taxa depreciação (a.a.%)	Taxa depreciação (a.a.%)							
		01/01/2015	Adições	Baixas	31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2016
Instalações e benfeitorias		517	-	-	517	-	-	-	517
Máquinas e equipamentos		3.259	522	-	3.781	-	-	-	3.781
Terrenos		30	-	-	30	-	(30)	-	-
Computadores e periféricos		19	-	(19)	-	-	-	-	-
		3.825	522	(19)	4.328	-	(30)	-	4.298
Depreciação									
Aerogeradores	3,3	-	(45)	-	(45)	-	-	45	-
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(13)	(17)	-	(30)	(17)	-	-	(47)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	-	(65)	-	(65)	(127)	-	(45)	(237)
		(13)	(127)	-	(140)	(144)	-	-	(284)
Total do imobilizado		3.812	395	(19)	4.188	(144)	(30)	-	4.014

10 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores	9.124	7.256	7.953	7.020
Fornecedores - partes relacionadas (nota 13)	-	-	15.225	13.081
	9.124	7.256	23.178	20.101

O saldo de fornecedores refere-se a compra de energia eólica substancialmente da empresa BTG Pactual Comercializadora de Energia.

O saldo de fornecedores - partes relacionadas é composto por operações com suas controladas.

11 Financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Financiamento com BNDES	542.799	574.023	-	-
Finame	925	1.454	925	1.454
	543.724	575.477	925	1.454
Circulante	40.014	39.446	529	529
Não circulante	503.710	536.031	396	925

Vencimentos - Anos

2018	39.776
2019	39.494
2020	39.494
2021	39.494
2022 em diante	345.452
Total do não circulante	503.710

O financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), captado pela Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande no estado do RN, estando sujeito a encargos fixos de 2,5% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (EBITDA - Imposto de Renda e Contribuição Social) / (Soma dos pagamentos do principal + Juros em 12 meses). O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir da data de início de operação do parque eólico.

Em 31 de dezembro de 2016 a controlada Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A. não atendeu ao ao Índice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), conforme determinado na cláusula XXII do Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o qual deveria ser maior ou igual a 1,3 e foi 1,239. O não atingimento do índice deve-se ao aumento da Taxa de juros de Longo Prazo (TJPL). Conforme o contrato o Banco poderá requerer o resgate antecipado do saldo devedor do financiamento incluindo multa de 1% a.a. sobre o valor do contrato atualizado. A Companhia encaminhou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) uma carta comunicando o não cumprimento do índice e obteve *wavier*, anulando o vencimento antecipado ocasionado pela quebra do Índice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

	Lucro líquido do exercício	Despesas administrativas e gerais	Despesas não recorrentes	Depreciação e amortização	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	EBITDA	IR e CS corrente	Geração de caixa da atividade no ARef	Serviços da dívida no ARef	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	
										2016	2015
Campina Potiguar	8.297	(40)	232	2.234	(21)	10.702	(650)	10.052	6.938	1,449	1,395
Canto da Ilha	6.850	(40)	206	1.997	-	9.013	(502)	8.511	6.289	1,353	1,305
Energia Potiguar	11.653	(157)	773	3.601	(55)	15.815	(804)	15.011	11.340	1,324	1,065
Esquina dos Ventos	8.106	(255)	740	2.258	(509)	10.340	(621)	9.719	7.064	1,376	1,347
Ilha dos Ventos	4.744	(36)	254	1.696	626	7.284	(409)	6.875	5.236	1,313	1,190
Morro dos Ventos	11.961	(43)	659	3.745	-	16.322	(875)	15.447	11.730	1,317	1,257
Ponta do Vento Leste	10.726	(44)	776	3.581	850	15.889	(812)	15.077	11.457	1,316	1,204
Pontal do Nordeste	5.637	(34)	1.436	2.254	100	9.393	(495)	8.898	7.179	1,239	1,180
Torres de Pedra	10.495	(50)	930	3.585	748	15.708	(826)	14.882	11.313	1,315	1,220
Torres de São Miguel	4.953	(36)	498	1.715	30	7.160	(398)	6.762	5.195	1,302	1,258

12 Mútuos

O saldo de mútuos refere-se aos contratos firmados entre a Companhia e sua controladora indireta Soares Penido Participações S.A., no montante de R\$ 172.822 em 2016 (R\$ 145.962 em 2015). Os contratos possuem prazo determinado de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovados mediante termo aditivo assinado entre as partes.

13 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia, suas controladas e seu controlador, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
Contas a receber				
Serveng Civilsan S.A.	6.384	6.383	-	-
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	-	-	78	-
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	-	-	69	-
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	-	-	113	-
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	-	-	78	-
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	-	-	56	-
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	-	-	121	-
Ponta do Vento Leste Geradora S.A.	-	-	113	-
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	-	-	69	-
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	-	-	113	-
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	-	-	56	-
	6.384	6.383	866	-

Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) no período de 31 de dezembro de 2012 a 30 de dezembro de 2032, na região Nordeste.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante o exercício de 2016, a remuneração a título de honorários aos Administradores da Companhia e controladas foi de R\$ 421 (R\$ 856 em 2015).

14 Contingências

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Processos cíveis	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Não há processos com risco possível de perda a serem divulgados.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia é de R\$ 212.410 (R\$ 212.410 em 2015) totalmente integralizado e representado por 229.231.880 (229.231.880 em 2015) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída a razão de 5% sobre o lucro líquido no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

16 Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Venda de energia	226.937	227.327	226.937	227.327
Impostos sobre as vendas	<u>(20.994)</u>	<u>(26.023)</u>	<u>(20.994)</u>	<u>(21.042)</u>
	<u>205.943</u>	<u>201.304</u>	<u>205.943</u>	<u>206.285</u>

17 Custo do produto vendido

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Depreciação e amortização	(26.805)	(26.807)	(143)	(127)
Custo do produto vendido	(94.020)	(85.994)	(231.141)	(215.731)
Custo com mão de obra	(4.931)	(5.414)	(600)	(178)
Arrendamento de terra (nota 21)	(2.873)	(2.247)	-	-
Outros custos	<u>(20.406)</u>	<u>(9.820)</u>	<u>(551)</u>	<u>(1.058)</u>
	<u>(149.035)</u>	<u>(130.282)</u>	<u>(232.435)</u>	<u>(217.094)</u>

18 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Despesas administrativas e gerais				
Despesas comerciais	(59)	(189)	(13)	(79)
Despesas com serviços	(918)	(167)	(876)	(1.362)
Despesas com pessoal	(1.755)	(3.710)	(1.755)	(2.533)
Outras despesas	(918)	52	(271)	(252)
	<u>(3.650)</u>	<u>(4.014)</u>	<u>(2.915)</u>	<u>(4.226)</u>
	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Indenizações	2.406	-	-	-
Baixa de ativo imobilizado	(561)	(1)	-	-
Venda de ativo imobilizado	21	-	-	-
Bonificações	-	2.034	-	-
Outras receitas (despesas)	(479)	610	115	632
	<u>1.387</u>	<u>2.643</u>	<u>115</u>	<u>632</u>

19 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Rendimentos s/aplicações financeiras	6.214	4.618	187	257
Despesas financeiras				
Juros s/empréstimos	(52.618)	(49.236)	-	(158)
Juros capitalizados	-	(109)	-	-
Juros pagos	(70)	-	(12)	-
Outras despesas financeiras	(119)	(70)	(102)	(53)
	<u>(52.807)</u>	<u>(49.415)</u>	<u>(114)</u>	<u>(211)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

	<u>Consolidado</u>	
	2016	2015
LUCRO PRESUMIDO		
Imposto de renda		
Receita	146.601	135.755
Alíquota	8%	8%
	<u>11.888</u>	<u>10.860</u>
Receita financeira	5.400	3.951
	<u>17.288</u>	<u>14.811</u>
Base de cálculo		
IR apurado 15%	2.593	2.222
Adicional federal de 10%	1.705	1.457
	<u>4.298</u>	<u>3.679</u>
Contribuição social		
Receita	148.601	135.755
Alíquota	12%	12%
	<u>17.832</u>	<u>16.291</u>
Receita financeira	5.400	3.951
	<u>23.232</u>	<u>20.242</u>
Base de cálculo		
CSLL apurada 9%	2.091	1.822
	<u>2.091</u>	<u>1.822</u>
Total IRPJ e CSLL presumido	<u>6.389</u>	<u>5.501</u>
LUCRO REAL		
Lucro líquido do exercício	56.177	19.352
Equivalência patrimonial	(30.882)	(33.709)
Despesas indedutíveis	345	328
	<u>26.640</u>	<u>(14.029)</u>
Prejuízo antes do IR e CSLL	<u>(25.640)</u>	<u>(14.029)</u>
Alíquota de imposto efetiva		
Receita bruta	226.937	235.621
Imposto calculado (IR/CS)	6.389	5.501
	<u>3%</u>	<u>2%</u>

21 Arrendamentos financeiros operacionais

A Companhia arrenda terrenos sob a forma de arrendamento operacional. O contrato iniciou-se em dezembro de 2010 e tem duração de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes. O pagamento deve ser correspondente a 2% (dois por cento) do faturamento bruto anual do parque. As controladas são impedidas de entrar em qualquer contrato de subarrendamento. As controladas não participam no valor residual do bem

arrendado, conseqüentemente, foi determinado que todos os riscos e benefícios do bem arrendado são do arrendador.

a. Pagamentos mínimos futuros

Em 31 de dezembro de 2016 os pagamentos mínimos futuros são como segue:

2017	3.086
2018	3.050
2019	3.190
2020	3.342
2021 em diante	59.184
	<u>71.852</u>

b. Valores reconhecidos no resultado

	2016	2015
Arrendamento de terra (nota 17)	<u>2.873</u>	<u>2.247</u>

22 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

22.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, pelas características individuais de cada cliente.

A Companhia e suas controladas não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2016 a exposição máxima é de R\$ 92.812 no consolidado e R\$ 24.754 na controladora (R\$ 74.799 no consolidado e R\$ 21.953 na controladora em 2015) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

22.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas

controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	9.124	-	-
Financiamentos	40.014	79.270	424.440

22.3 Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

22.4 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

22.5 Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

22.6 Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas Demonstrações financeiras:

	(Nível 2)			
	Valor contábil		Valor justo	
	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	31.080	17.340	31.080	17.340
Aplicações financeiras	30.716	29.247	30.716	29.247
Contas a receber	31.016	28.212	31.016	28.212
Outras contas a receber	1.801	154	1.801	154
Total	94.613	74.953	94.613	74.953

Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	(Nível 2)			
	Valor contábil		Valor justo	
	2016	2015	2016	2015
Passivos financeiros				
Fornecedores	9.124	7.256	9.124	7.256
Financiamentos	543.724	575.477	543.724	575.477
Total	552.848	582.733	552.848	582.733

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria:

	2016		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	31.080	-	-
Aplicações financeiras	-	30.716	-
Contas a receber	31.016	-	-
Outras contas a receber	1.801	-	-
Total	63.897	30.716	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	9.124
Financiamentos	-	-	543.724
Total	-	-	552.848
	2015		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	17.340	-	-
Aplicações financeiras	-	29.247	-
Contas a receber	28.212	-	-
Outras contas a receber	154	-	-
Total	45.706	29.247	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	7.256
Financiamentos	-	-	575.477
Total	-	-	582.733

22.7 Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

22.8 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 14% para o CDI e 7,5% para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável; e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	30.716		4.300	5.375	6.450	3.225	2.150
Financiamentos		TJLP					
Despesa financeira	543.724		(40.780)	(50.975)	(61.170)	(30.584)	(20.390)
Resultado financeiro			(36.480)	(45.600)	(54.720)	(27.359)	(18.240)

23 Compromissos com contratos

A Companhia possui compromissos de venda de energia eólica incentivada à empresa CEMIG Geração e Transmissão S.A., para garantir o desenvolvimento e implantação de seus projetos. Os compromissos em 31 de dezembro de 2016 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

- Data do contrato: 09/12/2010
- Data que se inicia a obrigação do fornecimento: 01/05/2012
- Data que se encerra a obrigação do fornecimento: 14/08/2033
- Quantidade a ser fornecida: 77,72 MW média ao ano

* * *

Diretoria

Contabilidade

Mario Fernando de Acioli Conrado Junior
Contador CRC 1SP 211853/O-5-S-RN